



FOLHA INFORMATIVA - 18 / 2018 / Outubro
CONCLUSÕES DO SEMINÁRIO
Gestão Sustentável dos Recursos do Tejo.
Desafios para o Século XXI
13.Outubro.2018



Sessão de abertura: representantes do IP Santarém, da Confraria Ibérica do Tejo e da Câmara Municipal de Santarém

A primeira conclusão do Seminário sobre “**Gestão Sustentável dos Recursos do Tejo. Desafios para o Século XXI**”, realizado em Santarém, no dia 13 de Outubro de 2018, percepcionada pela evidente satisfação de todos os participantes, é de que a Confraria Ibérica do Tejo deve ser felicitada por mais esta interessante iniciativa que conseguiu congrega perspectivas diversas sobre um objectivo comum, a protecção e valorização do Tejo, o que tornou o encontro muito esclarecedor e, conseqüentemente, muito enriquecedor para todos os participantes.

O Tema do Seminário não se esgotou na problemática do Tejo, tendo naturalmente “transbordado” para domínios mais amplos da gestão de recursos hídricos, não tivesse o Tejo, e a sua bacia hidrográfica, inquestionável importância na nossa disponibilidade de água e no nosso território continental.

Ou seja, como que o Tejo emprestou o mote para frutuosas discussões sobre a água, esse bem imprescindível e cada vez mais escasso, que a todos preocupa, embora nem sempre com a intensidade que, a benefício de todos, lhe deveria ser atribuída.

O Seminário contou com quatro sessões temáticas, designadamente sobre: “Carências de Água, Desafios e Possíveis Soluções”, “Políticas Sustentáveis de Recursos Hídricos”, “Aproveitamento de Recursos Hídricos e Sustentabilidade Ambiental” e “Recuperação de Ecossistemas Ribeirinhos”.

De um Programa tão rico e tão bem abordado, não foi fácil extrair conclusões, as quais não podem ser vistas como uma acta do encontro, nem devem reproduzir o detalhe das comunicações, necessariamente reservado aos respectivos autores, pelo que constituem somente uma síntese dos principais aspectos tratados, das preocupações às soluções, para que da reunião se retenha registo para memória futura.

No Seminário, revisitou-se a importância do Tejo enquanto recurso natural transnacional com elevado valor ecológico, ambiental e natural, analisando não apenas a influência das pressões directas sobre a qualidade deste meio hídrico, decorrentes das actividades antropogénicas, mas também as previsíveis consequências das inexoráveis alterações climáticas.

Abordou-se a problemática da desertificação, revendo a sua origem milenar e a sua previsível acentuação provocada pelos incêndios e suas consequências para o Tejo.

Salientou-se a necessidade premente da defesa dos ecossistemas do Tejo, permanentemente ameaçados quer pela redução de caudais, quer pela poluição e assoreamento do rio.

Reflectiu-se sobre a importância da reflorestação da bacia hidrográfica e das espécies a utilizar, bem como sobre o melhoramento do solo através de práticas de agro-silvo-pastorícia, de modo a procurar precaver o futuro, sobressaindo a relevância dos planos de ordenamento do território.

A artificialização do Tejo, provocada pelos transvases realizados em Espanha, nomeadamente o Tejo-Segura, ou pelos sucessivos anteparos colocados no curso normal do rio (barragens), foi também abordada face aos múltiplos efeitos na qualidade da água, nos ecossistemas aquáticos, designadamente o declínio da população de peixes diádromos, ou na socioeconomia das regiões afectadas.

No âmbito da análise de soluções para minimizar, por exemplo, a erosão e consequente deposição de material sólido nos rios, foi abordado o uso de esporões, cujo interesse foi demonstrado experimentalmente.

Por outro lado, o uso de dessalinização, enquanto processo para obter água que possa colmatar a sua previsível carência provocada pelas alterações climáticas foi também discutida, tendo presente a sua utilização suportada por fontes de energias renováveis.

De um modo geral, pode afirmar-se que toda a problemática do Tejo sobre a qual o encontro se debruçou, com maior detalhe nalguns aspectos e mais genericamente noutros, é o corolário inevitável das políticas públicas que têm sido adoptadas ao longo do tempo.

Das discussões havidas, parece poder concluir-se que a governança dos recursos hídricos não tem sido compatibilizada com a governança do território.

Prevalece uma reconhecida falta de integração e de visão prospectiva com objectividade bastante para assegurar a sustentabilidade do recurso água de forma integrada, intersectorial e interdisciplinar.

Saúde-se a generosidade da Confraria, que a dota de uma incansável proactividade para a minimização dos problemas de um rio que, sendo ibérico, deve ser sustentadamente partilhado entre povos irmãos, contendo-se nessa partilha as responsabilidades de cada um para a sua preservação.

Como foi referido, o papel dos Estados, no uso do poder discricionário que as sociedades democráticas lhes conferem, não pode esgotar-se no protelar de soluções de há muito reclamadas.

Pelo contrário, tem de garantir equidade no usufruto de um recurso entre as gerações actuais e as futuras, contando que estas (as futuras), mesmo que assim o queiram já não terão com quem reclamar!

Embora sendo inquestionável, por razões de natureza diversa e amplamente reconhecidas, importará sempre sublinhar que o Tejo é de todos e que o Tejo importa a todos, sendo por isso mesmo que a Confraria Ibérica do Tejo deve ser credora da admiração de todos!



Fernando Santana

*Professor Catedrático (Faculdade de Ciências e Tecnologia -
Universidade Nova de Lisboa)*